

O “MILAGRE ECONÔMICO BRASILEIRO” E SUA RELAÇÃO COM A CRIAÇÃO DO DISTRITO INDUSTRIAL DE SANTA MARIA – RS

BRUNA LIMA¹

DIORGE ALCENO KONRAD²

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho é parte da pesquisa que vem sendo desenvolvida na Linha de Pesquisa “Migrações e Trabalho” do Programa de Pós-Graduação em História (Mestrado em História) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), e tem como um de seus objetivos compreender como ocorreu o processo de instalação do Distrito Industrial de Santa Maria, bem como qual era a sua relação com a política econômica do Governo e o contexto histórico do período.

Considera-se que, pelo menos desde o final da década de 1960, especula-se pela destinação de uma área específica para instalação de indústrias em Santa Maria, o que nos leva a interpretar que tal ação poderia estar vinculada a política de aceleração do crescimento econômico que, posteriormente, ficou traduzida pela historiografia como a fase de “milagre econômico brasileiro”, o qual se delimitou entre o período de 1968 a 1974.

Para tanto, dividimos este trabalho em duas partes, sendo que, na primeira delas, optamos por verificar quais foram as principais ações econômicas que estavam sendo implementadas pelo Governo, dentro do contexto de Ditadura Civil-Militar no Brasil. Para isso, uma bibliografia condizente com tal objetivo foi utilizada.

Na segunda parte do trabalho, procuramos estudar de que forma a política de aceleração do crescimento econômico ecoou no Rio Grande do Sul, e de forma ainda mais específica, em Santa Maria, através da tentativa de criação de um Distrito Industrial. Este, por sua vez, pode ser considerado como um espaço que nos possibilita pensarmos a respeito da existência de conflitos entre trabalho e capital, não só a partir do momento em que temos de

¹ Mestranda em História do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM); Linha de Pesquisa Migrações e Trabalho; bolsista CAPES. Endereço eletrônico: bruna.lima90@hotmail.com

² Professor Associado do Programa de Pós-Graduação em História da UFSM; Doutor em História Social do Trabalho pela UNICAMP; orientador do trabalho. Endereço Eletrônico: gdkonrad@uol.com.br

fato sua instalação, mas desde antes, quando o seu projeto de construção ainda estava sendo debatido. Isto ocorre, pois é justamente neste momento de discussão em que suas potencialidades são avaliadas e expectativas são levantadas. Utilizamos, como base para esta análise, relatórios produzidos pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, fragmentos do Estudo de Viabilidade e Anteprojeto do Distrito Industrial, juntamente com pesquisas e bibliografias referentes ao município.

2. O GOLPE CIVIL-MILITAR DE 1964 E A FASE DE “MILAGRE ECONÔMICO BRASILEIRO”

Em decorrência do Golpe Civil-Militar de 1964, em que se travaram disputas políticas entre dois projetos de sociedade para o País: um nacional-reformista e outro liberal-conservador, o Brasil passou a acompanhar alterações em sua estrutura política, econômica e social, seguindo-se

importantes articulações políticas para criar uma base institucional e dar uma aparência de legitimidade ao novo regime, ao mesmo tempo em que se iniciava o processo de perseguição aos membros mais “ameaçadores” do antigo governo e a simpatizantes do Partido Comunista. (NAPOLITANO, 1998, p. 14).

Podemos destacar o predomínio de um projeto liberal-conservador, disseminado principalmente através de ideias que tentavam cogitar um projeto de país autônomo e soberano, o qual levou ao poder militares e tecnocratas, apoiados principalmente pelas burguesias estrangeira e nacional, por latifundiários e parte da classe média. Desta forma, as forças sociais e políticas que assumiram o Governo do País, a partir de 1964, tiveram como uma das suas primeiras tarefas, além de realizar a “operação limpeza”, através da repressão político-policial, assegurar a manutenção e a consolidação da ordem burguesa capitalista, (BRUM, 1986, p. 94).

Neste sentido, podemos registrar que o medo de uma ameaça comunista foi incrementado e associado ao temor pela perda dos privilégios por parte de uma classe média recém-integrada ao chamado mercado de consumo. Com o desenvolvimento de uma concepção de existência de um inimigo interno, passou a ser imposta uma remodelação da

estrutura, idealizada para a execução de uma estratégia de Segurança Nacional, com o intuito maior de reforçar o aparato anti-subversão (GASPAROTTO, 2008).

Para tanto, essas forças que assumiram o poder, afiliaram-se ideologicamente a chamada Doutrina de Segurança Nacional. Essa passou a ser o eixo para construir, com base em uma matriz teórica, elaborada principalmente por militares ligados a Escola Superior de Guerra (ESG) e com apoio dos Estados Unidos, uma forma de governo, no qual o Estado passou a ampliar cada vez mais a sua atuação no controle da Sociedade.

No que se refere à política econômica do período da Ditadura Civil-Militar no Brasil, pode-se considerar que, até o ano de 1967, essa se pautou principalmente no combate à inflação. Porém, a partir da imposição de uma nova Constituição, em janeiro daquele ano, além da escolha de Artur da Costa e Silva para a Presidência, abriu-se o caminho para que os militares, com relativo apoio de parte da população, controlassem de vez o cenário político do País, objetivando a desarticulação das principais forças de oposição.

Para a execução dessa tarefa, foi necessário a instalação de um poder Executivo forte que se comprometesse em desmobilizar e desarticular as principais organizações populares. Além disso, a formação de um núcleo de poder entre os principais representantes do Partido Social-Democrático (PSD) e da União Democrática Nacional (UDN), juntamente com as principais lideranças militares e os diversos setores do empresariado, se tornou necessário para a consolidação do poder, tal como afirmaram Dolhnikoff e Campos (2001, p. 271):

Às forças sociais que efetuaram a ruptura constitucional cabia agora a tarefa de reorganizar o país. Praticamente consensual era a necessidade de um poder executivo forte que desmobilizasse e desarticulasse as diversas organizações populares e impedisse a ação de seus principais dirigentes. Por outro lado caberia formar o novo núcleo de poder a partir das alianças entre os representantes do PSD e UDN, as principais lideranças militares e os diversos setores do empresariado.

Deve-se considerar, portanto, a existência de uma relação direta entre a opção ideológica do Governo pela Doutrina de Segurança Nacional e os planejamentos econômicos. Isso ocorreu, pois, na medida em que havia a intenção de se potencializar o modelo de acumulação capitalista, baseado em uma forte e determinante interferência do Estado, e que, ao mesmo tempo, pudesse garantir a atração de investimentos, através do estabelecimento e manutenção da ordem. Deste modo, conforme destacou Dockhorn (2002, p. 66), “os

investimentos econômicos somente seriam viáveis com uma absoluta paz social, sem agitações ou conflitos”.³

No intuito de se alcançar uma superação da crise econômica que repousava pelo País, desde o início da década de 1960 e, sobretudo, elaborar uma justificativa para permanecer no poder, o Governo configurou um projeto que se pretendia desenvolvimentista, capaz de favorecer a acumulação capitalista nas mãos de grupos burgueses, tanto nacionais como internacionais. Para tanto, o novo Governo contou com a presença de tecnocratas em importantes ministérios, como os da Fazenda e do Planejamento, que se responsabilizaram por empreender um Plano de Ação Econômica para o Governo, pautado essencialmente no controle inflacionário e na retomada do crescimento econômico brasileiro, através da abertura ao capital estrangeiro. Desse modo, como salientou Lago (1990, p. 233),

os sete anos de 1967 a 1973, em que Delfim Netto permaneceu ministro da Fazenda, podem ser examinados como um único período, em que prevaleceu um novo diagnóstico dos problemas econômicos do Brasil, e no qual o país alcançou taxas médias de crescimento econômico sem precedentes.

Foi durante esse período, que os grupos multinacionais passaram a avançar “celeremente dominando os ramos mais dinâmicos e rentáveis da economia, em detrimento das empresas privadas nacionais” (BRUM, 1986, p. 96). Desta forma, acentuou-se a situação de dependência econômica do País, estreitando-se, de forma cada vez mais intensa e efetiva, os vínculos com o capitalismo internacional, atrelando aos interesses estrangeiros as decisões a respeito das principais questões econômicas internas. Neste sentido, como destacaram Dolhnikoff e Campos (2001, p. 272), foi com o Golpe que se assinalou definitivamente “a transição efetiva para o modelo de desenvolvimento econômico associado” em lugar do anterior modelo de substituição de importações, acentuando, desse modo, “a interdependência econômica, política, cultural e militar, na América Latina com os Estados Unidos”.

³ Neste mesmo trabalho, o autor complementou esta ideia com um fragmento de Maria Helena Moreira Alves: “A segurança, como elemento do conceito de “desenvolvimento com segurança”, implica a necessidade de controlar o meio político e social, de modo a garantir um clima atraente para o investimento multinacional. A paz social também é necessária para a obtenção de taxas máximas de acumulação de capital, permitindo que o rápido crescimento econômico forje uma “arrancada” desenvolvimentista” (ALVES, 1985, *apud* DOCKHORN, 2002, p.66).

O processo de aceleração da economia tinha como um dos seus eixos, o desenvolvimento do setor industrial, visto que o Brasil possuía uma estrutura fundiária incapaz de atingir o aumento de produtividade necessário para alavancar o crescimento econômico do País. Isso se dava em função, principalmente, da remuneração do trabalhador rural ser muito baixa, o que lhe impossibilitava o consumo de bens duráveis. Com esse tipo de situação, a continuidade da industrialização e do conseqüente crescimento econômico, dependia quase que exclusivamente do aumento da renda urbana da população, de modo que apenas um percentual relativamente pequeno dessa população formasse um mercado consumidor de produtos industriais mais sofisticados (PRADO; EARP, 2003). Padrós e Fernandes (2009, p. 46-47) também apontaram algumas considerações referentes a esse processo:

A economia da ditadura passou a ser pautada pelo crescimento industrial de bens de consumo duráveis, impondo um específico padrão de concentração de renda. Os setores com maior poder aquisitivo foram privilegiados por essa nova estratégia financeira. Passaram a ter elevação de salários, a fim de se constituírem em um forte mercado interno de consumo desses produtos. Para tal, era necessário desconsiderar as parcelas mais carentes da população, incapazes de se adequarem às novas necessidades econômicas de consumo. Além disso, a ditadura garantiu aos investidores estrangeiros uma mão-de-obra barata e controlada. Para os trabalhadores, o “milagre” significou sofrer a intensificação da exploração econômica e o controle e repressão dos sindicatos.

A política que estimulava a produção de bens de consumo duráveis deixava de lado outros setores que necessitavam uma maior injeção de recursos e atenção do Governo, tais como a educação e a saúde, por exemplo. Como uma, dentre as conseqüências geradas por esse novo modelo econômico, podemos destacar o aumento das desigualdades sociais, pois, a produção interna não visava o saneamento das necessidades básicas da população em geral, mas sim os interesses do mercado externo, como também de uma parcela da população interna com maior poder aquisitivo, ou seja, “a prosperidade da economia brasileira encobria a exclusão econômica e social da maior parte da população, que não se beneficiara do ‘milagre econômico’” (DOLHNIKOFF; CAMPOS, 2001, p. 335).

Outra explicação para que parte da população brasileira não conseguisse se beneficiar com os efeitos do “milagre” pode ser atribuída em função das reduções salariais. Durante esse período, registra-se que “a política salarial e a política de relações trabalhistas do Governo

tiveram como resultado uma contenção dos níveis de salário real, dentro do espírito de combate à inflação de custos da nova administração” (LAGO, 1990, p. 287). Isso ocorreu, fundamentalmente, com vistas a concretizar o projeto de desenvolvimento econômico, que tinha como um de seus fundamentos o favorecimento da acumulação capitalista.

O crescimento econômico brasileiro verificado durante esse período foi permitido por uma confluência de fatores não só nacionais, como também internacionais. A partir de 1973, em função do aumento dos preços do petróleo, surgiram os primeiros sintomas do que se pode chamar de esgotamento das possibilidades de crescimento acelerado da economia (BRUM, 1986). Em consequência disso, o Governo elaborou o seu II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), com vistas a superar a crise e alavancar o crescimento econômico do País.

Porém, mesmo com essa tentativa de saída da crise, nascida ainda na década de 1970, a economia brasileira parecia não reagir. Segundo estudo desenvolvido pela Fundação de Economia e Estatística (FEE), alguns dos principais aspectos dessa crise podiam ser expressos a partir da

estagnação da produção industrial, a ocorrência, quase que generalizada, da capacidade ociosa nos ramos produtivos mais importantes, o insuficiente crescimento do emprego nas atividades formais, a queda dos salários reais, a especulação financeira, a redução drástica dos investimentos públicos e privados e a obsolescência da matriz tecnológica (ALMEIDA, 1990, p. 11).

Como se pode perceber, essa crise econômica também apresentou consequências políticas e sociais. Conforme interpretação de Brum (1986, p. 151), não houve sucesso na execução do II PND. Segundo ele, isso se deveu, principalmente, porque a empresa nacional mostrou-se incapaz de assumir a liderança do processo de acumulação capitalista e a empresa estrangeira não aceitou sair da posição dominante que ocupava no País, para uma posição de subordinada.

De acordo com a visão dos economistas Prado e Earp (2003), esse referido esgotamento das possibilidades de crescimento não ocorreu apenas em decorrência exclusivamente do aumento dos preços do petróleo, haja vista que o “Milagre Econômico Brasileiro” só foi possibilitado em função de uma confluência de fatores, sejam eles internos ou externos. Desta forma, não se pode atribuir de forma única e exclusiva que o fim do

crescimento econômico “milagroso” tenha ocorrido apenas em função das duas grandes crises do petróleo. Essa fase de crescimento se esgotou, acima de tudo porque, somado aos fatores externos, o próprio modelo desenvolvimentista adotado era originalmente frágil e insustentável.

Pode-se considerar, portanto, que no Brasil, a crise desse modelo foi consequência tanto da redução da poupança interna quanto do desequilíbrio das finanças públicas, que tornava o Estado cada vez mais endividado. Esse esgotamento se deu em função do crescimento econômico “milagroso”, um modelo que se caracterizava como frágil e superficial, pois se baseava fundamentalmente na capacidade de o Estado atrair financiamentos externos, só que, no entanto, esse não conseguia garantir produtividade que necessitava para conseguir pagar os seus financiamentos, gerando uma imensa dívida externa.

No entanto, apesar da curta permanência na economia brasileira dessas altas taxas de crescimento, essas foram suficientes para entusiasmar parte da população. Esse entusiasmo, por sua vez, ocorreu principalmente em função do desenvolvimento de um aparato propagandístico em prol do Governo. A seguinte passagem esclarece melhor esta assertiva:

A queda da inflação e os índices de crescimento do PIB – acima de 10% ao ano – foram suficientes para que os propagandistas do regime apontassem a existência de um “milagre econômico brasileiro” semelhante ao que teria ocorrido na Alemanha e no Japão no pós-guerras. O capital externo afluía de uma maneira nunca vista na história do país e a indústria batia recordes de prosperidade. As taxas de crescimento econômico eram mantidas também pela expansão da linha de crédito ao consumidor – privilegiando a classe média, ávida por bens de consumo duráveis – e pelo estímulo a poupança interna, corrigida pela correção monetária das taxas de juros. Dirigido por tecnoburocratas civis e militares, o Brasil era anunciado pelas campanhas oficiais como um iminente integrante do Primeiro Mundo (DOLHNIKOFF; CAMPOS, 2001, p. 335).

O período do “milagre econômico brasileiro”, assim, ficou tradicionalmente denominado por constituir uma fase em que a economia do País alcançou altos índices de crescimento para parte da população brasileira. Mas que, de certo modo, foi o suficiente para fazer com que o Governo organizasse um aparato propagandístico que primou em divulgar que o Brasil estava caminhando em direção ao progresso. Desta forma, “a expressão ‘milagre brasileiro’ passou a ser usada como sinônimo de BOOM econômico observado desde 1968 – e também como instrumento de propaganda do governo” (PRADO; EARP, 2003, p. 219).

Podemos considerar, também, que essa fase de crescimento econômico pode ter servido como uma estratégia de legitimação do Governo perante a população brasileira. Esta ideia pode ser observada através da seguinte passagem:

Uma inabalável fé no progresso do país contagiou segmentos expressivos da sociedade. Estes acreditavam – tal como dizia o slogan ufanista da agência de propaganda do governo – que o Brasil era, de fato, “o país do futuro”. E o futuro parecia estar cada vez mais ao alcance das mãos. As vitórias na área do esporte; as estradas e pontes se multiplicando, integrando as diversas regiões do país; o país que agora também via e era visto pelo mundo inteiro a partir de um moderno sistema de comunicações. Tudo isso colaborava para o fortalecimento de uma imagem positiva do Brasil, criando uma atmosfera de entusiasmo, refletida nas campanhas publicitárias oficiais, as quais insistiam que “este é um país que vai pra frente” e que “ninguém segura este país” (CORDEIRO, 2009, p. 86).

Além disso, cabe ressaltar que o desenvolvimento de uma propaganda em torno do “milagre econômico” pode ser vista e interpretada como uma forma de ofuscar a política repressiva desenvolvida durante esse período. Isso é possível, levando em consideração que, foi exatamente durante essa fase que se registrou uma maior concentração de assassinatos e de desaparecimentos. Segundo Cordeiro (2009, p. 90), “as perseguições, prisões, torturas, mortes e exílios que se intensificaram nos anos do Milagre levaram à derrota política e militar do projeto ofensivo dos grupos de oposição armada ao regime”.

3. O DISM COMO ELEMENTO DE AFIRMAÇÃO DA POLÍTICA DE CRESCIMENTO ECONÔMICO

A política econômica do período de Ditadura, embora sendo discutível e problematizada, produziu importantes reflexos, principalmente no que se refere as estratégias adotadas, tanto em nível federal, estadual ou municipal. Essas estratégias referem-se, principalmente, à forma como as instâncias governamentais se mobilizaram para concretizar as propostas contidas nos planos de ações econômicas.

Evidentemente que isso não deve ter ocorrido apenas em função de uma proposta de governo, mas muito mais em resposta ao apoio que determinados grupos sociais concederam ao Golpe de 1964. Além disso, cabe ressaltar novamente que o momento de prosperidade econômica em nível mundial, aliado ao interesse de legitimação do Governo, a partir de uma propaganda favorável em prol do crescimento econômico, também, contribuiu para a ocorrência do “milagre econômico”.

Com isto, podemos observar que, durante essa fase de crescimento acelerado da economia, ações que demonstrassem o quanto Governo estava preocupado com o crescimento econômico parecem ter sido intensificadas. Uma delas foi a realização da “Conferência de Desenvolvimento Econômico e Social do Rio Grande do Sul”, oficializada pela Assembleia Legislativa, em 1969, e que tinha as seguintes finalidades:

- a) Proceder ao levantamento sócio-econômico atualizado do Rio Grande do Sul, traçando um quadro tão exato quanto possível da realidade estadual;
- b) Analisar as necessidades, tendências e possibilidades econômicas e sócias do Estado;
- c) Sugerir medidas para coordenar e acelerar o desenvolvimento econômico-social do Rio Grande do Sul;
- d) Dar a mais ampla divulgação aos resultados que alcançar, publicando cada conclave, ao final de seus trabalhos, uma “Carta de Conferência”.⁴

Nessa conferência poderiam participar não apenas os parlamentares gaúchos, como também “representantes dos poderes públicos federais, estaduais e municipais, de órgãos técnicos, científicos e culturais, públicos e privados, de entidades de classe e comunitárias, bem como outros interessados, previamente inscritos”.⁵ Essa participação de outros setores, principalmente ligados a iniciativa privada, já podem nos demonstrar certo compromisso do Governo com aqueles que apoiaram o Golpe, pois permitem a participação desses setores em importantes discussões e decisões.

Além desta Conferência, que demonstrou a preocupação dada às questões econômicas do Estado, temos também a criação de uma comissão específica para a criação de Distritos Industriais no Rio Grande do Sul (CDI). Essa comissão foi instalada em 21 de outubro de 1969 e, além de estudar a situação econômica do Estado, com um foco maior no que se refere

⁴ Anais da Conferência de Desenvolvimento Econômico e social do Rio Grande do Sul – Problemas e Perspectivas para a Industrialização do RGS. Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul; 15 a 22 de setembro de 1969, p.2.

⁵ Idem, p. 3.

ao setor industrial, se propôs também a analisar as necessidades e as perspectivas para este setor.

De forma mais instrumental, podemos destacar que a CDI pretendia criar um plano de industrialização para o Rio Grande do Sul, o qual visava “auxiliar a expansão das indústrias existentes e a criação de novas, realizar investimentos regionais de infra-estrutura necessários ao desenvolvimento industrial e estabelecer o zoneamento industrial do Estado”⁶ (p. 5), não deixando de evidenciar o interesse e o papel que as instâncias governamentais tinham em concretizar estes objetivos. Isto se torna ainda mais evidente, quando nos deparamos com os incentivos que o Governo Estadual pretendia garantir para o estabelecimento de áreas industriais no Estado. Entre eles destacamos:

- a) Facilidade de crédito;
- b) Participação do Estado no capital da empresa;
- c) Fornecimento da energia elétrica gratuita por determinado período;
- d) Facilidade na obtenção de áreas urbanizadas por parte das indústrias através da criação de Distritos Industriais.⁷

As discussões sobre a criação de Distritos Industriais no Rio Grande do Sul foram intensificadas na fase do “milagre econômico”. Não apenas Santa Maria, mas também Rio Grande, Gravataí e outras cidades passaram por uma tentativa de crescimento econômico através da industrialização.

Considera-se que a cidade de Santa Maria, que está localizada na região central do Estado do Rio Grande do Sul, não apresentou ao longo de sua História, um significativo desenvolvimento industrial⁸, pois, tradicionalmente, teve na agropecuária, nos setores de serviços e no comércio a sua sustentação econômica. No entanto, a partir de 1969, quando a cidade experimentou, pelo menos ideologicamente, a euforia do “milagre econômico”, discussões acerca da necessidade de se desenvolver um projeto de industrialização local passaram a tomar corpo.

Esse tipo de discussão estava em conformidade, com o que no Brasil se propalava na época e se demonstrava necessário, para que a população acreditasse que Santa Maria também estava em

⁶ Rio Grande do Sul e os Distritos Industriais – Relatório da Comissão Especial dos Distritos Industriais (CDI). Assembleia Legislativa do RS, Porto Alegre, 1970, p.5.

⁷ Idem, p. 7.

⁸ Conforme salienta Beber (1998, p. 235), “Em nossa história [Santa Maria] nunca houve a predominância da produção industrial”.

busca do crescimento econômico, fato que o Governo se propunha a difundir nesse período. Tal ideia pode ser verificada em estudo feito por Padoin (1992, p. 43-44):

A partir do final dos anos 60, as regiões mais desenvolvidas do Brasil (eixo Rio - São Paulo – Minas Gerais) estavam em uma fase eufórica - expansionista do capitalismo industrial, destacando na década de 70, a fase do chamado "milagre brasileiro". Em Santa Maria, no referido período, prevalecia o acúmulo de capital, oriundo, especialmente, da atividade comercial (65% do dinheiro que circulava). O momento histórico e os empresários de Santa Maria, através da CACISM, contribuíram para a construção de um projeto de industrialização local, no qual o Brasil estava inserido, mais efetivamente a partir de meados dos anos 30.

A destinação de uma área para a instalação de um Distrito Industrial passou a ser uma opção de crescimento desse setor, sendo que, inúmeros foram os esforços locais para a concretização desse projeto. Também podemos observar isto no mesmo trabalho de Padoin (1992, p. 59):

O Distrito Industrial, ou seja, a industrialização de Santa Maria é aspiração máxima da CACISM. O projeto do Distrito Industrial surgiu, efetivamente, no período do chamado "milagre brasileiro", mas sua oficialização ocorreu no período em que já se começam a sentir os resultados desastrosos da política de Médici e continuada por Geisel, juntamente com a crise econômica agravada pela alta dos preços do petróleo, e alta inflação, bem como o aumento dos preços das matérias primas e dos produtos industrializados que constituem o maior peso das importações. Como soluções para todos esses problemas, a classe empresarial vê, na industrialização local, a solução mais indicada, gerando empregos e criando riquezas.

Como podemos observar, o Distrito Industrial poderia proporcionar aos empresários a oportunidade de redução imediata de seus custos, principalmente no que se refere à instalação das suas indústrias, o que poderia contribuir para o aumento nos investimentos em outros itens necessários, não só relacionados propriamente a instalação, como também para o funcionamento de suas indústrias.⁹ Além disso, a criação de um Distrito Industrial também viria a levantar expectativas referentes ao aumento do número de empregos, o que poderia agradar uma boa parte da população, não só de Santa Maria, mas também de outras regiões do Estado. Algumas dessas expectativas apareceram expressas em jornal de circulação local:

O gaúcho de ontem e de hoje, com a sua simplicidade não se conteve e parou para ler a placa de identificação do local onde teremos, muito breve, o Distrito Industrial de Santa Maria. O espaço físico já existe e está materializando e inspirando

⁹ Com base no estudo desenvolvido por Bryce (1970, p.341), "O preço da terra e dos edifícios constitui, no caso de muitas indústrias, parte substancial dos investimentos totais. As medidas que permitirem ao investidor potencial evitar toda ou parte dessas despesas reduzirão os riscos a que está exposto e poderão contribuir para aumentar-lhe a calculada taxa de lucratividade".

confiança. As indústrias ainda são uma expectativa, mas que com o trabalho e cooperação de todos, será uma realidade.

O gaúcho de ontem e de hoje, com seu olhar tranqüilo, sereno e esperançoso, antevê no Distrito Industrial de Santa Maria a perspectiva de dias melhores para si e sua família, pois que ao natural estarão, nesse local de trabalho, necessitando de sua mão-de-obra e quem sabe da de seus familiares. Hoje, apenas uma placa, amanhã, prédios e chaminés e uma cidade cada vez maior e com melhores condições de vida (*A Razão*, 02/07/ 1974, p. 1).

No entanto, como já fora mencionado por Padoin (1992), o Distrito Industrial foi instalado em 1975, dentro de um contexto considerado de crise econômica, momento em que já era possível perceber os sinais do esgotamento da fase de acumulação. Nesse caso, podemos considerar que houve expectativas de que com a criação do Distrito Industrial e o incentivo para a instalação de indústrias, não só nacionais como também estrangeiras, viria a contribuir para o alívio da crise do pós “milagre econômico”.

Nota-se que o imediatismo das vantagens advindas com a implantação do Distrito Industrial não ocorreria de forma tão imediata, pois a industrialização não terminaria apenas com a criação deste espaço. Essa instalação seria apenas o primeiro passo de um longo processo. Esta percepção já estava prevista no Estudo de Viabilidade e Anteprojeto do Distrito Industrial: “O Distrito Industrial não deve ser encarado como a solução imediata de todos os problemas, mas como um marco inicial de um processo planejado que levará fatalmente o município a ocupar um lugar de destaque no campo industrial”.¹⁰

Deste modo, considera-se que essa tentativa de industrialização foi uma das pautas principais do Governo do Estado, tanto é que o próprio governador do estado, em 1975, Euclides Triches, em relatório anual sobre a situação dos negócios do Estado, encaminhado para o Poder Legislativo, destacou que a indústria era um dos setores prioritários no que se referia a aceleração do crescimento econômico e na elevação dos níveis de bem-estar da sociedade rio-grandense. Além disso, nesse mesmo relatório, podemos verificar uma tentativa de demonstrar que o Rio Grande do Sul estava forte, unido e imune aos efeitos da crise econômica mundial, muito em função de um projeto intitulado “Grande Rio Grande”, implantado desde o ano de 1971.¹¹

¹⁰ Prefeitura Municipal de Santa Maria. Estudo de Viabilidade e Anteprojeto do Distrito Industrial de Santa Maria. URPLAN, s/d., p.21.

¹¹ Mais informações a respeito deste projeto podem ser verificadas em: Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Mensagem a Assembleia Legislativa – Administração engº Euclides Triches, exercício 1974.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do que foi exposto, considera-se que o que tradicionalmente se convencionou chamar de “milagre econômico” foi um período de rápido crescimento da economia brasileira, entre os anos de 1969 e 1974. Esse crescimento, por sua vez, foi possibilitado em função da ampliação do comércio mundial e também dos empréstimos junto ao capital financeiro internacional, acarretando em poupança falsa. Não apenas única e exclusivamente pela ação do Governo da época.

Nesse sentido, o Governo que assumiu o poder, a partir do Golpe de 1964, instalando o que conhecemos por Ditadura, procurou, através da difusão de uma sólida propaganda, reforçar a ideia de que o Brasil estava em busca do crescimento econômico. Esse mesmo governo também justificou suas diversas ações repressivas para com aqueles que pudessem oferecer algum tipo de ameaça à estabilidade da ordem, respaldado ideologicamente na Doutrina de Segurança Nacional.

Além disso, também se constituiu em um dos objetivos desse governo, através das propagandas que foram disseminadas pelos meios de comunicação, garantir e solidificar ainda mais seus laços com aqueles grupos sociais que o apoiaram e contribuíram para a sua ascensão ao poder. Ao mesmo tempo, também, pretendeu aumentar a sua base de influência, a fim de legitimar de fato o poder perante o restante da população.

Em meio a todo este contexto, temos o Distrito Industrial de Santa Maria como uma possibilidade de concentrar os esforços do governo da época, sejam eles relacionados ao crescimento econômico, com a ampliação do setor industrial na cidade ou mesmo relacionados à tentativa de buscar maior apoio da população, através de uma propaganda favorável. Por fim, é importante destacar que o Distrito Industrial não foi uma exceção, mas sim parte de um projeto de crescimento industrial que englobava diversas áreas do Rio Grande do Sul. Pesquisas que concentrem maior atenção nestes projetos deve ser objeto dos próximos estudos a fim de investigar e destacar quais foram os objetivos e os efeitos que os Distritos Industriais produziram no Estado do Rio Grande do Sul, mais especificamente em Santa Maria. Além disso, o estudo das relações de trabalho e a própria transformação nos processos de produção que este espaço foi capaz de gerar também deve ganhar uma visibilidade maior nos próximos estudos.

Isso se torna interessante, pois Santa Maria até este determinado período ainda não havia demonstrado uma significativa preocupação com o setor industrial. No entanto, quando isso passa a ocorrer, precisamos voltar nossas atenções para as mudanças que passam a ocorrer no mundo do trabalho. Essas mudanças referem-se principalmente a abertura de novos postos de trabalho em um espaço ainda não tão conhecido por parte da população, que deve ser incorporada dentro ao processo de produção.

5. FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes

Anais da Conferência de Desenvolvimento Econômico e social do Rio Grande do Sul – Problemas e Perspectivas para a Industrialização do RGS. Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul; 15 a 22 de setembro de 1969.

Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Mensagem a Assembleia Legislativa – Administração eng^o Euclides Triches, exercício 1974.

Prefeitura Municipal de Santa Maria. Estudo de Viabilidade e Anteprojeto do Distrito Industrial de Santa Maria. URPLAN, s/d.

Rio Grande do Sul e os Distritos Industriais – Relatório da Comissão Especial dos Distritos Industriais (CDI). Assembleia Legislativa do RS, Porto Alegre, 1970.

UMA realidade. *A Razão*, 02 de julho de 1974, p. 01.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Pedro Fernando Cunha de. (org.). *A economia gaúcha e os anos 80: uma trajetória regional no contexto da crise brasileira*. Tomo 01. Porto Alegre: FEE, 1990.

BEBER, Cirilo Costa. *Santa Maria 200 anos: História da economia do Município*. Santa Maria: Pallotti, 1998.

BRUM, Argemiro J. *O desenvolvimento econômico brasileiro*. 7 ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

BRYCE, Murray D. *Políticas e Métodos de Desenvolvimento Industrial*. Rio de Janeiro/São Paulo: Forense, 1970.

CORDEIRO, Janaina Martins. Anos de chumbo ou anos de ouro? A memória social sobre o governo Médici. In: *Estudos Históricos*, v. 22, n. 43, Rio de Janeiro - RJ, jan./jun. 2009.

DOCKHORN, Gilvan Veiga. *Quando a ordem é segurança e o progresso é desenvolvimento (1964 – 1974)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

DOLHNIKOFF, Mirian; CAMPOS, Flávio de. *Manual do candidato*. História do Brasil. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2001.

GASPAROTTO, Alessandra. “O terror renegado”: uma reflexão sobre os episódios de retratação pública protagonizados por integrantes de organizações de combate à Ditadura Civil-Militar no Brasil (1970-1975), 271f. Dissertação (Mestrado em História). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008.

LAGO, Luiz Aranha Corrêa do. A retomada do crescimento e as distorções do “milagre”: 1967-1973. In: ABREU, Marcelo de Paiva (org.). *A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana 1889-1989*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

NAPOLITANO, Marcos. *O Regime Militar Brasileiro 1964-1985*. São Paulo: Atual, 1998.

PADOIN, Maria Medianeira. *O empresário comercial em Santa Maria/RS (uma análise histórica sobre a CACISM)*. 1992. 85 f. Dissertação (Mestrado em História). Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 1992.

PADRÓS, Enrique Serra; FERNANDES, Ananda Simões. Faz escuro, mas eu canto: os mecanismos repressivos e as lutas de resistência durante os “anos de chumbo” no Rio Grande do Sul. In: PADRÓS, Enrique Serra; BARBOSA, Vânia M.; LOPEZ, Vanessa Albuquerque; FERNANDES, Amanda Simões (orgs.). *A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964 – 1985): História e Memória*. Vol. 2. Repressão e Resistência nos “Anos de Chumbo”. Porto Alegre: CORAG, 2009.

PRADO, Luiz Carlos Delorme; EARP, Fábio Sá. O “milagre” brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1967 – 1973). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano*. Vol. 4. O tempo da Ditadura: Regime Militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.